

RESENHA: SAKURAI, CÉLIA; SALLES, MARIA DO
ROSÁRIO; PAIVA, ODAIR DA CRUZ (ORG.). MIGRAÇÕES
PÓS – SEGUNDA GUERRA MUNDIAL. SÉRIE REFLEXÕES,
VOL. 2. EDITORES: FAPESP, D' LIVROS EDITORA,
MUSEU DO IMIGRANTE-SP. 2009. 128P.

Lidiane M. Maciel¹

As migrações constituem, contemporaneamente e historicamente, um importante processo social. O livro “Migrações pós-segunda guerra mundial” organizado por Célia Sakurai, Maria do Rosário Salles e Odair Paiva, traz ao debate acadêmico novos elementos para pensar os processos desencadeados pelas migrações.

Os textos que compõem o livro apresentam e problematizam os aspectos que determinaram as migrações internacionais pós-Segunda Guerra; entre 1940 e 1970 surgiram novas dimensões institucionais e econômicas que afetaram diretamente as migrações. Assim, a criação da Organização das Nações Unidas e suas agências, tiveram grande importância na reorganização da política migratória nesse período e situa no âmbito das mudanças globais do pós-guerra.

Nesse sentido, o texto de Eugenio Ambrosi – “Geopolítica e economia no pós-Segunda Guerra Mundial” –, organizasse em torno da questão da formação das Nações Unidas e outras organizações internacionais, como a OIM (Organização Internacional para as Migrações) surgidas no bojo das discussões

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Unicamp.

sobre as novas diretrizes das políticas internacionais. As instituições surgidas neste momento definiam e atendiam interesses pré-estabelecidos do jogo da política internacional.

A delimitação de fronteiras faz parte desse jogo, em que segundo o autor, o Muro de Berlim, foi a expressão máxima de uma nova situação nas quais “as fronteiras deixam de ser, mais ainda do que antes, um ponto de encontro e constituem um ponto de divisão, um local físico no qual se marca a diferença entre o bom e o mau, os amigos e os inimigos; um conceito de fronteira como ponto de divisão e, talvez também de combate” (2009 p. 19).

E, portanto em relação ao direito de ir e vir, as diferenças entre os blocos eram claras, do lado ocidental era permitido circular livremente e do outro – oriental – tão pouco. Entretanto, com a queda do Muro de Berlim em 1989 e desarticulação do mundo socialista, o desenvolvimento do processo de globalização trouxeram à baila novas questões, e por isso, neste sentido “antes a movimentação eram da Europa para o Novo Mundo; na atualidade ocorre o contrário: os países europeus são foco de imigração. Se antes, porém havia um muro, o Muro de Berlim, agora há vinte e três muros que, apesar de não serem físicos, de fato existem. Podemos somar mais ainda, trinta e cinco, além dos muros físicos que constituem as fronteiras” (2009, p. 25), na visão do autor estes muros são mais ofensivos que o que fora o de Berlim.

Na nova ordem, multipolar, as migrações se caracterizam, segundo o autor, por uma pauta política, e são numerosos os casos que as mesmas ocupam posições privilegiadas no debate eleitoral dos países europeus, pois o sistema mundial agrava as diferenças socioeconômicas e, ao passo que é elaborado outros muros, cria uma massa de expropriados.

Com o objetivo de discutir também política externa, o texto de Túlio Vigevani – “Política imigratória e diplomacia” – discorre sobre a política internacional brasileira frente ao campo que se formava pós-Segunda Guerra Mundial. O não cumprimento das premissas forjadas pelo Tratado de Versalhes resultou, no cenário global, impactos significativos do ponto de vista econômico e

político. E, portanto, pós-Segunda Guerra Mundial a criação de organismos internacionais fora uma tentativa de construir instituições que garantissem a multilateralidade das relações internacionais.

No caso Brasileiro, Vigevani afirma que entre 1945-1970 política internacional seguiram condicionadas ao sistema internacional e “pelas relações de classe existentes no País, não deixando de haver no Estado brasileiro a busca pela preservação de interesses” (p. 98). Quando conveniente, o Estado brasileiro privilegiou políticas internacionais, principalmente, americanas.

Em relação às migrações a grande contribuição do artigo é demonstrar que no pós-Segunda Guerra não houve uma alteração profunda nas orientações anteriores, a política migratória, continuou a “ser seletiva, buscando bloquear migrações que os governos consideravam poder desestabilizar os equilíbrios étnicos e de grupos nacionais existentes. (p. 101), mas aproveitaram-se as “condições excepcionais para trazer ao país migrantes com boa qualificação profissional e intelectual, cujas consequência da guerra levava a afastarem-se da Europa.” (p. 101)

Voltando-se, para o caso Brasileiro, tanto Odair da Cruz Paiva, em “Imigração em São Paulo nas décadas de 1940 e 1950”, quanto Murílio Leal Pereira Neto, em “Migrações, identidade de classe e ciência social em São Paulo” (1945-1964) analisam o cenário nacional em relação às transformações provocadas pela Segunda Guerra Mundial.

Para Paiva (2009) entre 1930-50 a migração fora impulsionada pela massa de expropriados nordestinos em direção a São Paulo, e de maneira menos significativa por refugiados do pós-guerra, este quando vinham eram previamente selecionados e de perfil especializado, compromissados com os interesses da industrialização; nas palavras do autor neste “momento, despontava uma política imigratória moderna, seletiva e compassada com os novos desafios do crescimento econômico no país” (2009, p. 36). Durante este período e após o termino da Segunda Guerra Mundial, intensificaram-se os investimentos

estrangeiros no parque industrial brasileiro, gerando consequentemente novos postos de trabalho. Ao mesmo tempo que o cenário, apontado pelo autor, propiciava o retorno de muitos refugiados, colocava a população interna em movimento.

Se tratando da migração internacional, houve, para Paiva, certo destaque para a imigração japonesa subsidiada por empresas como a JAMIC – Imigração e Ltda, a qual o objetivo era adquirir terras e fundar colônias. Somados a estes agricultores entraram também imigrantes especializados, geralmente técnicos industriais que atuavam diretamente nas indústrias.

Porém, indiferente em relação ao mercado de trabalho, Paiva demonstra que a imigração foi ocasionada mais por acordos entre o governo brasileiro e organismos internacionais, do que pela real situação econômica do país, reestruturada a partir de políticas governamentais. Neste sentido “a chegada de novos imigrantes foi resultado de um complexo jogo de interesses, que empreendeu um esforço policoordenado que auxiliou a expansão da base industrial capitalista nas áreas sob a hegemonia do bloco ocidental” (2009, p. 52).

O período, que sucedeu a Segunda Guerra Mundial, internamente foi marcado por tensões políticas e sociais geradas pelo trabalho na indústria. O Brasil, em vias de modernização, apostava nos planos econômicos conservadores, como fonte de desenvolvimento. Como Paiva, Neto (2009) direciona sua análise as tensões e relações entre mercado de trabalho e migrações.

Assim, o artigo de Neto (2009) contribui para o debate na medida desmistifica o papel negativo ocupado pelos migrantes nacionais na formação da classe operária paulistana, partindo do conceito de representação² de Henri Léfèbvre (1983), considera que a imagem mitificada do “outro”, do “migrante” era criada em um ambiente a qual as contraposições entre rural e urbano

² O conceito de representação diz respeito a “uma hierarquia de juízos de realidade e moralidade, em uma arquitetura de representações e de valores que se realizam na prática” (p. 65).

traduziam o arcaico, representado na figura do homem do campo, rude em sua existência, e o moderno, e na imagem do operário da indústria.

A representação negativa que pairava sobre os migrantes alterou-se a partir das interpretações que desconsideravam a perspectiva eurocêntrica, dos primeiros estudos que analisavam o operariado nacional pela luz do operariado europeu, considerado consciente de sua situação de classe.

A virada interpretativa foi derivada, segundo Neto, da ampliação da camada de intelectuais universitários de origem migrante, geralmente de segunda geração, que a partir de seus trabalhos passaram a valorizar positivamente a atuação de seus ascendentes no movimento trabalhista. E mais especificamente a partir dos anos de 1970, em que o movimento sindical passou a ser liderado no grande ABC por dirigente de origem migrante.

Portanto: “a hegemonia do PCB nos sindicatos foi se enfraquecendo no decorrer dos anos 1970 e 1980 e sua versão da história de lutas operárias no pós-guerra, como movimento controlado pelo Estado e formatado pela *Carta Del Lavoreo* fascista, perdeu credibilidade, cedendo espaço a outras representações” (p. 70). A desconstrução da antiga representação da classe operária brasileira pós-segunda guerra, atentou aos dados empíricos antes negligenciados, como a participação em greve e as outras formas de resistência cotidiana.

O artigo por fim, é uma releitura da produção bibliografia sobre as migrações decorrentes do final da Segunda Guerra Mundial e da própria análise social, atentando para a situação trabalhista em um país em vias de modernização e, por fim, considera que as identidades dos migrantes, nesse caso, as que trazem dos locais de origem aos locais de destino, não se destroem mais se somam as vidas sociais desses. Assim, para muitos migrantes a identidade operária se constrói paralelamente ao processo de recriação do sertão em terras longínquas.

Por último, como já apontado por Paiva, o Artigo de Masato Ninomiya – “O reinício da imigração japonesa para o Brasil após

o tratado de paz de São Francisco: A chegada das empresas japonesas e o recente fenômeno decasségui” – destaca a imigração japonesa, pós Segunda Guerra.

No Brasil, entre os anos de 1908-1941 havia entrado no país cerca de 190 mil japoneses e “até então os verdadeiros decasségui almejavam voltar para Pátria-Mãe, levando consigo o fruto de seu trabalho. A eclosão da guerra e a derrota do Japão alavancaram as mudanças no seu pensamento, agora pretendiam fixa-se ao país para onde imigraram” (p. 111). O Japão destruído pelos embates da guerra investiu, mais uma vez, na emigração de sua população.

Ninomiya reforça a noção de imigração causada por fatores econômicos, e assim com o processo de recuperação econômica alavancado por fatores externos e internos com a eclosão da guerra da Coréia (1950); da guerra Vietnã (1970), e da realização da Olimpíada de Tóquio (1964), os japoneses deixaram de migrar. E a, partir da recuperação econômica, autor enfatiza outro fenômeno, o dos Decasséguis – a ida de brasileiros para o Japão a partir de meados dos anos 1980. Segundo Ninomiya, em 2007 somava-se um contingente de 330 mil brasileiros no Japão, que são contratados por empresas de locação de serviço e encontram-se em situação precária de trabalho, submetidos a todos os problemas que essa situação produz.

Assim, o conjunto de artigos apresentam e problematizam de maneira ampla, os acontecimentos internos e, sobretudo externos que influenciaram as migrações nos anos que sucederam Segunda Guerra Mundial, esse período desencadeou novos jogos políticos, no cenário mundial caracterizados pelos regimes ora democráticos, ora autoritários.

A análise, priorizada nos artigos, focaliza processos migratórios, nos quais questões políticas e econômicas redefiniram e direcionaram fluxos migratórios em âmbito internacional. Os anos seguintes da Segunda Guerra Mundial, trouxeram novos elementos, quando não iluminaram a problemática, que se traçou, colocando as migrações sobretudo com pauta política. Assim, o

crescimento populacional de muitas cidades, e o surgimento de outras, bem como o incremento na força de trabalho de muitos países, caracteriza-se nesse processo social global das migrações.